

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.217 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : EDSON DE OLIVEIRA CASTRO
ADV.(A/S) : JOAQUIM AUGUSTO DE AZEVEDO SAMPAIO
NETTO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIMAR TRANSPORTES LTDA.
ADV.(A/S) : UDNO ZANDONADE E OUTRO(A/S)

DECISÃO: A decisão de que se recorre **negou** trânsito a apelo extremo interposto pela parte ora agravante, no qual esta **sustenta** que o Tribunal "a quo" teria transgredido preceitos inscritos na Constituição da República.

A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal *tem enfatizado*, a propósito da questão pertinente à *transgressão constitucional indireta*, que, *em regra*, **as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, da motivação** dos atos decisórios, *do contraditório, do devido processo legal, dos limites* da coisa julgada e *da prestação jurisdicional* **podem configurar**, *quando muito*, situações caracterizadoras *de ofensa meramente reflexa* ao texto da Constituição, *hipóteses em que não se revelará admissível* o recurso extraordinário (AI 165.054/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 174.473/MG, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 182.811/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 188.762-AgR/PR, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – AI 587.873-AgR/RS, Rel. Min. EROS GRAU – AI 610.626-AgR/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO – AI 618.795-AgR/RS, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – AI 687.304-AgR/PR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – AI 701.567-AgR/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – AI 748.884-AgR/SP, Rel. Min. LUIZ FUX – AI 832.987-AgR/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE – RE 236.333/DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – RE 599.512-AgR/SC, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, *v.g.*).

A espécie ora em exame **não** foge aos padrões acima mencionados, **refletindo**, por isso mesmo, possível situação de **ofensa indireta** às prescrições da Carta Política, circunstância essa que **impede** – como

precedentemente já enfatizado – o próprio conhecimento do recurso extraordinário (RTJ 120/912, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – RTJ 132/455, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

De outro lado, cabe enfatizar que a verificação da procedência, ou não, das alegações deduzidas pela parte recorrente **implicará** necessário reexame dos fatos e das provas existentes nos autos, circunstância esta que impede o conhecimento do apelo extremo, nos termos da **Súmula 279/STF**.

Impõe-se observar, ainda, no que se refere à alegada transgressão ao postulado constitucional **que impõe, ao Poder Judiciário, o dever de motivar** suas decisões (CF, art. 93, IX), **que o Supremo Tribunal Federal – embora sempre enfatizando a imprescindibilidade** da observância dessa **imposição** da Carta Política (RTJ 170/627-628) – **não confere, a tal prescrição constitucional, o alcance** que lhe pretende dar a parte ora recorrente, **pois, na realidade, segundo** entendimento firmado **por esta própria Corte, “O que a Constituição exige, no art. 93, IX, é que a decisão judicial seja fundamentada; não, que a fundamentação seja correta, na solução das questões de fato ou de direito da lide: declinadas no julgado as premissas, corretamente assentadas ou não, mas coerentes com o dispositivo do acórdão, está satisfeita a exigência constitucional” (RTJ 150/269, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – grifei).**

Vale ter presente, a respeito do sentido que esta Corte tem dado à norma inscrita **no inciso IX** do art. 93 da Constituição, **que os precedentes** deste Tribunal **desautorizam a abordagem hermenêutica** feita pela parte ora recorrente, **como se deduz** de diversos julgados (AI 731.527-AgR/RJ, Rel. Min. GILMAR MENDES – AI 838.209-AgR/MA, Rel. Min. GILMAR MENDES – AI 840.788-AgR/SC, Rel. Min. LUIZ FUX – AI 842.316-AgR/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, v.g.), **notadamente** daqueles referidos pelo eminente Relator do AI 791.792-QO-RG/PE, Rel. Min. GILMAR MENDES, **em cujo âmbito se reconheceu, a propósito** da

ARE 917217 / DF

cláusula constitucional mencionada, a existência de repercussão geral (RTJ 150/269, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – AI 529.105-AgR/CE, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – AI 637.301-AgR/GO, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – RE 327.143-AgR/PE, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, *v.g.*).

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente agravo, **para negar seguimento** ao recurso extraordinário, por manifestamente inadmissível (**CPC**, art. 544, § 4º, II, “b”, na redação dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator